COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 5.310, DE 2016

Obriga a utilização de condutores protegidos ou isolados nas redes de distribuição aéreas de média e baixa tensão situadas nas áreas urbanas.

Autor: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE

Relator: Deputado JÚNIOR FERRARI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.310, de 2016, foi oferecido pelo nobre Deputado SÓSTENES CAVALCANTE com o intuito de determinar a adoção compulsória de condutores protegidos ou isolados nas redes de distribuição aéreas.

O art. 2º da proposta determina que as prestadoras de serviço de distribuição de energia elétrica substituam todos os condutores de energia sem revestimento no prazo de cinco anos.

O ilustre autor justifica a proposta lembrando que as redes aéreas convencionais fazem uso de condutores nus, ou seja, sem revestimento, o que expõe a rede a falhas e eleva o risco para os transeuntes. Nas suas palavras, “a ocorrência de falhas nos sistemas convencionais, como as causadas pelo contato de galhos de árvores com os cabos desprotegidos, aumenta a frequência de interrupções no fornecimento de energia elétrica, com graves prejuízos à população e à economia”.

A proposição tramita em regime ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Compete-nos, pois, examinar a matéria, consoante o disposto no art. 32, inciso XIV, do Regimento Interno.

Transcorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas à mesma.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A tecnologia de distribuição de energia elétrica por redes aéreas convencionais, que fazem uso de condutores de alumínio sem proteção, é uma solução tradicional, com ampla adoção na maior parte dos países. Trata-se de alternativa técnica amplamente estudada e normatizada, com interessantes vantagens em termos de custos.

Os problemas apontados pelo ilustre autor em relação às redes aéreas convencionais de fato devem ser considerados no projeto de redes de distribuição. Há limitações ao uso dessas redes em áreas densamente arborizadas, em locais próximos de edificações e em trechos saturados ou congestionados, com grande número de cabos.

Nessas situações específicas, é mais apropriada a adoção de redes de distribuição compacta, em que os cabos são recobertos e suportados por espaçadores, instalados a distâncias regulares, com um cabo de aço mensageiro, para suporte, ou de redes de distribuição isoladas, em que os condutores são blindados e espinados, ou seja, trançados em torno do cabo mensageiro.

No entanto, em áreas pouco povoadas ou de menor densidade populacional, com arborização espaçada e edificações de menores dimensões, a rede aérea convencional ainda é uma tecnologia conveniente e segura.

Desse modo, a escolha da melhor solução é predominantemente um problema de engenharia. Cabos recobertos ou isolados têm um custo expressivamente mais elevado.

Em breve levantamento, constatamos que a maior parte das prestadoras de distribuição de energia elétrica opta, em ambiente urbano, por redes de distribuição compactas nos trechos de redes primárias, ou seja,

aquelas que levam a energia elétrica em média tensão até os transformadores de rede. Já os trechos de distribuição secundária, que derivam dos transformadores para suprimento aos consumidores, são atendidos com redes isoladas.

A substituição de redes convencionais preexistentes é realizada na medida em que a manutenção preventiva impõe sua troca, ou nos casos em que um maior grau de confiabilidade e de estabilidade se faz necessário. Desse modo, o atendimento aos indicadores de qualidade impostos pela ANEEL, em especial os indicadores de continuidade (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC) já induz as distribuidoras a atualizar suas redes.

A imposição compulsória de uma solução de rede não nos parece apropriada, uma vez que irá obrigar as distribuidoras a incorrer em um investimento que não se justifica por razões de segurança e qualidade. Há um benefício na troca da rede convencional pela rede compacta ou isolada, decorrente de menor necessidade de manutenção e de menor taxa de falhas. No entanto, esse cálculo deve ser realizado caso a caso, de acordo com as características da área atendida.

Se impusermos uma exigência de substituição generalizada de equipamentos em grande escala, em prazo tão curto, os custos de distribuição subirão significativamente, ensejando um reajuste tarifário que se refletirá em acréscimo, ano a ano, da conta de luz do usuário final.

O nosso VOTO, portanto, é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 5.310, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado JÚNIOR FERRARI
Relator